

PARTE I.....	3
CLAUSULAS JURÍDICAS	3
CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO	3
CLÁUSULA 2ª CONTRATO	4
CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO.....	4
CLÁUSULA 4ª MODIFICAÇÃO DO CONTRATO	5
CLÁUSULA 5ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE	5
CLÁUSULA 6ª ALTERAÇÕES DE ÂMBITO ADMINISTRATIVO, JURÍDICO E COMERCIAL DO COCONTRATANTE.....	7
CLÁUSULA 7ª RECEÇÃO DOS ELEMENTOS A PRODUIR AO ABRIGO DO CONTRATO	8
CLÁUSULA 8ª ENTREGA DOS ELEMENTOS OBJETO DO CONTRATO.....	8
CLÁUSULA 9ª CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA	9
CLÁUSULA 10ª DIREITO DE AUTOR	9
CLÁUSULA 11ª SEGUROS	9
CLÁUSULA 12ª FASES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO.....	10
CLÁUSULA 13ª FORMA E ACOMPANHAMENTO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO	11
CLÁUSULA 14ª PRAZOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	11
CLÁUSULA 15ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	12
CLÁUSULA 16ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO	12
CLÁUSULA 17ª DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL.....	12
CLÁUSULA 18ª PREÇO CONTRATUAL	13
CLÁUSULA 19ª REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS.....	13
CLÁUSULA 20ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	14
CLÁUSULA 21ª RESPONSABILIDADES	14
CLÁUSULA 22ª FORÇA MAIOR.....	15
CLÁUSULA 23ª PENALIDADES CONTRATUAIS	16
CLÁUSULA 24ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO	17
CLÁUSULA 25ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO.....	17
CLÁUSULA 26ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE	18
CLÁUSULA 27ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL	18
CLÁUSULA 28ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES.....	18

CLÁUSULA 29ª FORO COMPETENTE.....	19
CLÁUSULA 30ª CONTAGEM DOS PRAZOS.....	19
CLÁUSULA 31ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO	19
CLÁUSULA 32ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL	19
PARTE II.....	20
CLAUSULAS TÉCNICAS	20
CLÁUSULA 33ª LOCAL DE INTERVENÇÃO DO PROJETO.....	20
CLÁUSULA 34ª REGULAMENTOS E DOCUMENTOS NORMATIVOS A OBSERVAR PELO PROJETO.....	20
CLÁUSULA 35ª ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS A OBSERVAR PELO PROJETO	24
CLÁUSULA 36ª CONDICIONANTES AO PROJETO	24
CLÁUSULA 37ª LICENCIAMENTOS/PARECERES/CERTIFICAÇÕES	25
CLÁUSULA 38ª ELEMENTOS A FORNECER PELO CONTRAENTE PÚBLICO	25
CLÁUSULA 39ª OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO	25
CLÁUSULA 40ª CONSTITUIÇÃO DO PROJETO E FASE 3 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	26
CLÁUSULA 41ª CONSTITUIÇÃO BASE DA EQUIPA PROJETISTA DE ESPECIALIDADES	26
CLÁUSULA 41ª ESTRUTURA DO PROJETO GLOBAL A APRESENTAR.....	27
CLÁUSULA 42ª PROGRAMA BASE E FUNCIONAL DO PROJETO	29
CLÁUSULA 43ª APRECIACÃO, APROVAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROJETO COM OUTRAS ENTIDADES.....	29
CLÁUSULA 44ª REUNIÕES DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA.....	29
CLÁUSULA 45ª CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA INFORMAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS.....	30
CLÁUSULA 46ª FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROJETO	30
CLÁUSULA 47ª SERVIÇOS COMPLEMENTARES.....	31
CLÁUSULA 48ª MARCA E PROVENIÊNCIA DE FABRICO.....	31
ANEXO I – PROGRAMA PRELIMINAR PARA A REMODELAÇÃO DA RESIDÊNCIA JAYME RIOS DE SOUZA.....	31

PARTE I

CLAUSULAS JURÍDICAS

CLÁUSULA 1ª OBJETO DO CONTRATO

1. O presente caderno de encargos compreende as cláusulas jurídicas, bem como as especificações técnicas, a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição de serviços de elaboração de projetos de execução de alterações e melhorias e assistência à obra de requalificação da Residência Jayme Rios.**
2. O projeto a elaborar deve considerar soluções que visem o cumprimento de objetivos de durabilidade e de sustentabilidade ambiental, nomeadamente, através de uma adequada implementação de sistemas e equipamentos que promovam a utilização de energias renováveis e a utilização de materiais que garantam menores custos de gestão e manutenção.
3. O projeto a elaborar deverá ser composto pelos seguintes elementos:
 - Projeto de Instalações Elétricas;
 - Projeto de Instalações de Telecomunicações;
 - Projeto de Elevadores;
 - Projeto de Segurança Ativa (Integrada);
 - Projeto de Segurança contra incêndios (ANEPC);
 - Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC);
 - Projeto Térmico e Pré-Certificação Energética;
 - Projeto RECS;
 - Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de Águas e Esgotos;
 - Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de Gás;
 - Projeto de Acústica;
 - Plano de Segurança e Saúde em Fase de Projeto;
 - Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição;
 - Projeto de Sinalética.
4. O projeto a entregar ao Contraente Público deve estar devidamente organizado e instruído com todos os elementos técnico-legais, necessários à sua concretização material, de modo a integrar a documentação que servirá de base ao posterior procedimento de formação pré-contratual, destinado à celebração do contrato de empreitada de obra pública.

5. Na execução do projeto, o Cocontratante elaborará as peças escritas e desenhadas, definindo de forma clara e direta o objeto, as quais deverão cumprir as instruções de elaboração de projetos de obras públicas, aprovadas pela Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, bem como, deverão contemplar os elementos de solução de obra, para cumprimento do artigo 43.º do CCP e assegurar o cumprimento das normas legais e regulamentares relativas a cada especialidade.
6. Faz parte do objeto do presente caderno de encargos e do posterior contrato a alteração aos projetos decorrentes de exigências efetuadas por entidades competentes para a aprovação de cada uma das especialidades ou pelo adjudicante no âmbito da sua apreciação casuística.

CLÁUSULA 2ª CONTRATO

1. O contrato será reduzido a escrito nos termos conjugados do artigo 94.º do CCP, e o estipulado no artigo 7.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, sem prejuízo do disposto no artigo 96.º, sendo o mesmo composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
 - a. O presente caderno de encargos;
 - b. Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - c. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
 - d. A proposta adjudicada;
 - e. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 3ª PRAZO DO CONTRATO

O contrato tem início a contar da data da sua assinatura digital e mantém-se em vigor até à conclusão de todos os serviços a prestar, nos termos e condições das cláusulas contantes do presente caderno de encargos, no prazo global e nos prazos parciais fixados nas cláusulas 12.ª e 14.ª, respetivamente, sob a

epígrafe “Fases da prestação de serviços” e “Prazos da prestação de serviços”, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 4ª MODIFICAÇÃO DO CONTRATO

1. O contrato extingue-se atingido o seu termo ou o preço contratual.
2. Caso seja atingido o termo e não seja atingido o preço contratual, o prazo de execução pode ser prorrogado por iniciativa do Contraente publico, procedendo-se à respetiva modificação objetiva.
3. A prorrogação prevista no número anterior não pode determinar que o contrato tenha um prazo de execução superior a 3 anos.
4. Caso seja atingido o termo referido no número um e não seja atingido o montante referido na cláusula 18.ª, o Cocontratante não terá direito a qualquer indemnização.

CLÁUSULA 5ª OBRIGAÇÕES PRINCIPAIS DO COCONTRATANTE

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o Cocontratante as seguintes obrigações principais:
 - a. Obrigação de prestar os serviços em conformidade com as especificações técnicas identificadas no presente caderno de encargos e, que dele faz parte integrante e demais documentos contratuais, cumprindo integralmente o objeto do contrato;
 - b. Disponibilizar os recursos de acordo com o perfil, requisitos mínimos obrigatórios e adicionais exigidos;
 - c. Garantir que os projetos a desenvolver no âmbito das suas obrigações contratuais, observam todas as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as constantes de instrumentos de gestão territorial, dos regimes jurídicos das servidões e restrições de utilidade pública incidentes sobre a área objeto de intervenção, bem como das normas técnicas de construção;
 - d. Analisar e levar em consideração todas as situações e circunstâncias relevantes para a execução dos contratos, incluindo, entre outras e a título meramente exemplificativo, a informação prévia necessária, as circunstâncias de modo, tempo e lugar e os meios de modo a salvaguardar que os serviços serão prestados nos termos contratados, sem hiatos, falhas ou interrupções que pudessem ter sido previstas;
 - e. Assumir todos os riscos inerentes à prestação dos serviços, bem como aqueles que, em concreto, apenas sejam ou possam ser do conhecimento do Cocontratante ou por este gerido

em primeira linha, sendo o único responsável perante o Contraente Público, pela boa prestação dos serviços;

- f. Cumprir as políticas, práticas e procedimentos de segurança de informação do Contraente Público;
 - g. Garantir, a todo o momento, a correta, completa e adequada articulação e compatibilização entre os serviços prestados e a finalidade a que os mesmos se dirigem com outros serviços ou outras finalidades que com eles estejam ou possam estar em relação, de modo a não afetar negativamente quaisquer outros serviços, produtos ou soluções do Contraente Público, assumindo, em cada momento, o respetivo risco de interface;
 - h. Proceder à entrega do programa de trabalhos a realizar em função das diretrizes definidas pelo Contraente Público;
 - i. Após conclusão da execução do contrato, a proceder às correções necessárias, mediante notificação do Contraente Público;
 - j. Garantir a implementação de medidas técnicas de segurança adequadas à confidencialidade e à integridade da informação tratada;
 - k. Assegurar a identificação dos pareceres a emitir por parte das entidades concessionárias de todos os projetos que necessitem da competente aprovação e/ou certificação.
 - l. Cumprir o disposto no Código de Boa Conduta para a Prevenção e Combate ao Assédio e Discriminação no Trabalho da Universidade do Porto, cumprindo os princípios e o compromisso de não tolerância ao assédio assumido pela U. Porto, disponível no link:

https://sigarra.up.pt/spup/pt/conteudos_geral.ver?pct_pag_id=1015464&pct_parametros=pv_unidade=764&pct_grupo=35873#35873
 - m. Assegurar o cumprimento das especificações técnicas gerais quanto à emissão da fatura eletrónica, conforme disposto na clausula referente às condições de pagamento, cumprindo a obrigação de identificar o n.º da nota de encomenda e o n.º de compromisso.
2. Constituem ainda obrigações do Cocontratante:
- a. Recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.
 - b. Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização do Contraente Público;
 - c. Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins

alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;

- d. Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato.
3. Todos os relatórios, comunicações, atas, e demais documentos elaborados pelo Cocontratante, devem ser integralmente redigidos em português, entregues em suporte de papel e digital, neste último caso em formato editável, incluindo a relativas aos produtos intermédios, respeitando as especificações técnicas do presente caderno de encargos.
4. As ações de supervisão e/ou aprovação do Contraente Público em nada alteram ou diminuem a responsabilidade do Cocontratante, no que se refere à prestação de serviços.
5. Sem prejuízo do disposto no artigo 378.º do CCP, se o Contraente Público tiver que assumir a indemnização de prejuízos que nos termos do contrato ou deste Caderno de Encargos são da responsabilidade do Cocontratante, este indemnizá-la-á pelos montantes assumidos e demais despesas incorridas, assistindo ao Contraente Público o direito de regresso das quantias que pagou ou tiver que pagar.
6. O Cocontratante para a elaboração do Projeto é corresponsável com a entidade revisora do Projeto, relativamente aos serviços por si prestados, erros ou omissões, que não forem por esta, sujeitos a alteração.

CLÁUSULA 6ª ALTERAÇÕES DE ÂMBITO ADMINISTRATIVO, JURÍDICO E COMERCIAL DO COCONTRATANTE

1. O Cocontratante deve comunicar ao Contraente Público, de imediato, os factos descritos na cláusula 10.ª sob a epígrafe “Seguros” e na cláusula 40.ª sob a epígrafe “constituição base da equipa projetista de especialidades” e ainda quaisquer outros factos que ocorram durante a execução do contrato e que altere:
 - a. Os poderes de representação de quem obriga o Projetista;
 - b. A denominação social;
 - c. O endereço e a sede social;
 - d. A sua situação jurídico-comercial.
2. Qualquer comunicação efetuada por força do disposto no número anterior deverá ser acompanhada de cópia de certidão do registo comercial da empresa.
3. O Cocontratante deve ainda, logo que deles tome conhecimento, informar o Contraente Público de todos os factos que possam impossibilitar, parcial ou totalmente, o cumprimento das obrigações contratuais a que está adstrito e que possa comprometer a boa execução do contrato.

CLÁUSULA 7ª RECEÇÃO DOS ELEMENTOS A PRODUIR AO ABRIGO DO CONTRATO

1. No prazo de 7 dias a contar da entrega/implementação dos elementos referentes a cada fase de execução do contrato, o Contraente Público procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente caderno de encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar ao Contraente Público toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise do Contraente Público a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais ou programáticas, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente caderno de encargos, o Contraente Público deve disso informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Contraente Público, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo Cocontratante, no prazo respetivo, o Contraente Público procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise do Contraente Público a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nas especificações técnicas, anexas ao presente caderno de encargos, haverá a aceitação por parte do Contraente Público, devendo ser emitida uma declaração de aceitação por parte do Contraente Público.
7. A aceitação a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos exigidos que eventualmente subsistam, apesar de não terem sido detetados.

CLÁUSULA 8ª ENTREGA DOS ELEMENTOS OBJETO DO CONTRATO

1. Os elementos objeto do contrato devem ser entregues nos prazos definidos na cláusula 14ª, a contar da assinatura do contrato.
2. Com a aceitação a que se refere a cláusula anterior, ocorre a transferência para o Contraente Público, da posse e propriedade dos elementos desenvolvidos ao abrigo do contrato de prestação de

serviços a celebrar, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

3. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente caderno de encargos.

4. Transferência da titularidade dos projetos de execução para o Contraente Público, podendo ser utilizados os projetos de execução para outros edifícios que o Contraente Público entenda repetir no espaço do campus.

CLÁUSULA 9ª CONFORMIDADE E GARANTIA TÉCNICA

O Cocontratante fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues ao Contraente Público em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de serviços, nos termos do Código do Contratos Públicos e demais legislação aplicável.

CLÁUSULA 10ª DIREITO DE AUTOR

1. É garantida a salvaguarda do Direito de Autor e a divulgação, da autoria do Cocontratante, sobre os estudos e relatórios produzidos no âmbito do contrato de prestação de serviços a outorgar, nos termos da legislação aplicável.

2. O Cocontratante garante que todos os documentos que são produzidos em cumprimento do presente Caderno de Encargos e do contrato de prestação de serviços, não violam direitos de autor de terceiros, nem qualquer outro direito de propriedade intelectual ou industrial.

CLÁUSULA 11ª SEGUROS

1. É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura de risco, através de contratos de seguro, nomeadamente contra acidentes de trabalhos e da responsabilidade civil geral, por danos patrimoniais e não patrimoniais causados ao Contraente Público ou a terceiros por atos, omissões ou negligência praticados por ele ou pelos seus funcionários, agentes ou colaboradores, de valor não inferior ao previsto no n.º 7 do artigo 378.º do CCP.

2. Sem prejuízo das obrigações e responsabilidade nos termos do Caderno de Encargos e do contrato, os técnicos responsáveis pela coordenação, elaboração e subscrição da revisão de projetos obrigam-se a subscrever apólice de seguro de responsabilidade civil.

3. O Cocontratante obriga-se a manter válidas as referidas apólices de seguro desde a assinatura do contrato até ao fim do mesmo.

4. O Cocontratante obriga-se, igualmente, a apresentar a prova documental da existência dos contratos de seguro referidos nos números anteriores, indicando os respetivos elementos, nomeadamente o número da apólice.
5. Os referidos seguros deverão ser contratados junto das seguradoras autorizadas a exercer a atividade em Portugal.
6. Os encargos referentes ao seguro bem como qualquer dedução efetuada pelas seguradoras a título de franquia, em caso de sinistro indemnizável, serão da conta do Cocontratante.

CLÁUSULA 12ª FASES DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. O projeto desenvolver-se-á de acordo com as fases seguintes, sem prejuízo do disposto no n.º 4 desta Cláusula e de acordo com o exigido na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho:
 - a. **Fase 1** – Projeto de Licenciamento;
 - b. **Fase 2** – Projeto de Execução;
 - c. **Fase 3** – Assistência Técnica;
2. Cada uma das fases assinaladas no número 1 da presente cláusula será submetida à apreciação e aprovação do Contraente Público e das entidades que se entendem necessárias, em função de cada um dos projetos específicos.
3. A aprovação de cada fase depende da notificação efetuada pelo Contraente Público para esse efeito, momento a partir do qual se inicia a fase subsequente.
4. Se alguma das fases identificadas no número 1 da presente cláusula não merecer aprovação, nos termos do número 2, por motivos de interesse Público e sem que tal seja devido a deficiente prestação, fica o Projetista desobrigado de apresentar os elementos constantes das fases subseqüentes, ficando o Contraente Público desobrigado de realizar a correlativa contraprestação, considerando-se o contrato cumprido, sem prejuízo da realização das prestações, entretanto vencidas.
5. Os serviços contratados envolvem e implicam a elaboração, pelo Cocontratante, dos estudos subsidiários necessários à adequada fundamentação dos projetos.
6. A prestação de serviços inclui a preparação de toda a documentação que servirá de base ao procedimento de contratação da empreitada, com vista à concretização material do projeto, designadamente o esclarecimento de dúvidas de interpretação do projeto e das suas peças, apreciação de erros e omissões e a prestação de informações ou esclarecimentos a concorrentes e a apreciação das respetivas propostas, se necessário.
7. A prestação de serviços compreende, ainda, a assistência e o acompanhamento técnicos à obra, em toda a extensão necessária para assegurar a boa execução dos trabalhos projetados.

8. A prestação de serviços compreende também a atualização de telas finais e apoio nos planos de exploração do edifício.

CLÁUSULA 13ª FORMA E ACOMPANHAMENTO DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o Cocontratante fica obrigado a manter, com a periodicidade adequada ao desenvolvimento dos trabalhos nos prazos previstos, reuniões de coordenação com os representantes do Contraente Público, das quais deve ser lavrada ata a assinar por todos os intervenientes na reunião.
2. As reuniões previstas no número anterior devem ser alvo de uma convocação escrita por parte do Cocontratante o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
3. No final da execução do contrato, o Cocontratante deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos em cada fase de execução do contrato.
4. Todos os relatórios, registos, comunicações, ata e demais documentos elaborados pelo Cocontratante devem ser integralmente redigidos em português.

CLÁUSULA 14ª PRAZOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

1. O Cocontratante obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nas Cláusulas Contratuais do presente Caderno de Encargos, de acordo com as seguintes fases e prazos:
 - a) **Fase 1** – Projeto de Licenciamento – no prazo de 30 dias, após a assinatura do contrato;
 - b) **Fase 2** – Projeto de Execução – no prazo de 60 dias após aprovação do Projeto de Licenciamento pelo CEFA;
 - c) **Fase 3** – Assistência Técnica, durante a execução da empreitada, não podendo ultrapassar os 365 dias após a assinatura do contrato.
2. Os prazos previstos no número anterior, podem ser prorrogados por iniciativa do Contraente Público ou a requerimento do Cocontratante, desde que devidamente fundamentado, e após o respetivo deferimento.
3. Entre cada fase descrita em 1, o Contraente Público disporá de 15 (quinze) dias, para se pronunciar sobre os elementos da fase anterior.
4. Caso o Contraente Público não responda nos prazos indicados no n.º 3 da presente cláusula, o prazo de início da fase seguinte será prorrogado no mesmo período que decorre entre o dia que deveria ter sido entregue a análise e o dia que efetivamente foi entregue.
5. Caso sejam detetadas inconformidades nos elementos, a sua correção, decorrerá durante o prazo da fase seguinte.

6. Se por alguma circunstância a execução da obra projetada, não se iniciar no prazo de 3 (três) anos, contados a partir da data de assinatura do contrato fica o Cocontratante liberado da prestação da Assistência Técnica em fase de execução da obra, não lhe sendo devido pagamento de qualquer valor referente à assistência prevista na alínea d) do n.º 1 da presente cláusula.

CLÁUSULA 15ª PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

O cocontratante obriga-se a dar cumprimento à legislação sobre Proteção de Dados, designadamente ao estabelecido no Regulamento Geral de Proteção de Dados e Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados, aprovada pela Lei nº 58/2019, de 08 de agosto, aceitando regular esta questão em acordo de tratamento de dados, caso seja considerado necessário, acordo esse que ficará a constar em anexo ao contrato e que dele fará parte integrante.

CLÁUSULA 16ª OBJETO DO DEVER DE SIGILO

1. O cocontratante deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao contraente público de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo cocontratante de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O cocontratante deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

CLÁUSULA 17ª DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL E INDUSTRIAL

1. O Cocontratante deve ser titular de todas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento legalmente necessários à utilização de software e demais soluções ou produtos por si utilizados na execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se a manter válidas as licenças, autorizações ou demais atos de consentimento a que se refere o número anterior, até à integral execução dos serviços contratados.

3. Sempre que legalmente admissível e na máxima extensão admitida na lei, o resultado da prestação dos serviços é propriedade do Contraente Público, ainda que se verifique a cessação do contrato celebrado.
4. O Cocontratante obriga-se a colaborar e a prestar assistência ao Contraente Público relativamente aos procedimentos e às formalidades necessárias para a realização do registo de propriedade.

CLÁUSULA 18ª PREÇO CONTRATUAL

1. Pela aquisição dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Contraente Público obriga-se a pagar ao Cocontratante o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço referido no número anterior não pode, em qualquer caso, ser superior a **64.768,00 € (sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta e oito euros)**, no prazo máximo de vigência admitido (valores sem revisão de preços e sem IVA).
3. Os preços referidos nos números anteriores incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público.
4. Verificando-se a necessidade de interromper o projeto, o Contraente Público pagará ao Cocontratante apenas a parte do preço respeitante às fases do(s) projeto(s) efetivamente executadas e aprovadas.
5. O preço a que se refere o n.º 1 é dividido pelas diversas fases de execução do contrato, nos seguintes termos:
 - a. Fase 1 – 45%
 - b. Fase 2 – 40%
 - c. Fase 3 – 15%
6. O preço contratual é fixo e não revisível e inclui o pagamento de todas as especialidades e demais trabalhos subsidiários, designadamente os estudos auxiliares contratados, e inclui já todos os custos inerentes à prestação do Cocontratante.
7. As repetições dos projetos reprovados pelo Contraente Público e ainda daqueles que tenham sido aprovados, mas apresentam erros, omissões ou quaisquer outras deficiências não serão remunerados, correndo por conta do Cocontratante todos os trabalhos e encargos inerentes à sua realização.

CLÁUSULA 19ª REVISÃO/ ATUALIZAÇÃO DE PREÇOS

Os preços constantes da proposta adjudicada não são revistos durante a vigência do contrato.

CLÁUSULA 20ª CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As quantias devidas pelo Contraente Público, nos termos da cláusula 18ª, devem ser pagas no prazo de 30 dias após a receção pelo mesmo das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a declaração de aceitação pelo Contraente Público, ou 30 dias após entrega dos elementos a desenvolver pelo Cocontratante ao abrigo do contrato, caso esta não tenha sido emitida.
3. Pelos serviços objeto do contrato, o Contraente Público pagará ao Cocontratante o preço contratual tendo presente o faseamento do processo:
 - Programa Base e Projeto Licenciamento 45% - 60 dias após assinatura do contrato;
 - Projeto Execução 40% - 90 dias após aprovação do Projeto de Licenciamento pelo CEFA;
 - Assistência Técnica 15% - Durante a exceção da empreitada.
4. As faturas deverão ser emitidas em nome da Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, com referência aos documentos que lhe deram origem, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos:
 - a. N.º da encomenda/ N.º Compromisso ou contrato;
 - b. A descrição dos serviços fornecidos, incluindo a quantidade;
 - c. Unidade orgânica requisitante: Faculdade de Arquitetura;
 - d. Endereço da unidade orgânica: Via Panorâmica, s/n - 4150-755 Porto, Portugal
5. Em caso de discordância por parte do Contraente Público, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Cocontratante, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Cocontratante obrigado a prestar os esclarecimentos necessários e/ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
6. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.
7. A emissão de faturas eletrónicas por parte do Cocontratante deve cumprir os requisitos legais inerentes à emissão das mesmas, assim como as disposições vertidas na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

CLÁUSULA 21ª RESPONSABILIDADES

1. O Cocontratante responde perante o Contraente Público por todos os prejuízos, direta ou indiretamente emergentes dos trabalhos objeto do contrato, bem como daqueles que resultem do

incumprimento ou do deficiente cumprimento das suas obrigações contratuais, até à conclusão da execução do contrato.

2. Do mesmo modo, o Cocontratante responde por todos os prejuízos causados por quaisquer atos ou omissões de quaisquer pessoas que, no âmbito da sua intervenção, para ele exerçam funções, independentemente do regime jurídico.
3. Se o Contraente Público vier a ser demandado por terceiros por prejuízos causados pelo Cocontratante, no âmbito da execução do contrato, este último indemnizá-lo-á de todas as despesas que, em consequência, haja de realizar e de todas as quantias que tenha de pagar, seja a que título for.
4. Correm inteiramente por conta do Cocontratante a reparação e a indemnização de todos os prejuízos que, por motivos que lhe sejam imputáveis, sejam sofridos por terceiros até à conclusão da execução do contrato, em consequência do modo de execução dos trabalhos, da atuação do seu pessoal ou dos seus fornecedores.

CLÁUSULA 22ª FORÇA MAIOR

1. Não podem ser impostas penalidades ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham.
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados.
 - c. Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam.
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais.

- e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança.
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem.
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

CLÁUSULA 23ª PENALIDADES CONTRATUAIS

1. Pelo incumprimento, cumprimento defeituoso ou mora no cumprimento das obrigações emergentes do contrato, o Contraente Público pode exigir do Cocontratante o pagamento de uma pena pecuniária de montante a fixar em função da gravidade, nos seguintes termos:

- a. pelo incumprimento ou cumprimento defeituoso, até 20% do preço contratual;
- b. pelo incumprimento das datas e prazos, será aplicada uma sanção que poderá ir até 20% do preço contratual, calculada através da seguinte fórmula:

$$S = P \times D / (240)$$

Em que:

S é o valor da sanção;

P o preço contratual (sem IVA); e

D o n.º número de dias de atraso.

2. Pelos erros e omissões de projeto, invocados pelo empreiteiro dentro dos prazos legais e reconhecidos e aceites pelo Dono de Obra, são aplicadas as seguintes penalidades aos honorários pagos ao Cocontratante:

Se $5\% > A \leq 8\%$, então $B = 3\%$;

Se $8\% > A \leq 12\%$, então $B = 5\%$;

Se $12\% > A \leq 16\%$, então $B = 10\%$;

Se $16\% > A \leq 20\%$, então $B = 20\%$;

Se $A > 20\%$, então $B = 30\%$.

Em que:

A - Corresponde à percentagem do valor dos erros e omissões, relativamente ao preço contratual;

B - Corresponde à percentagem de penalização, relativamente ao valor total do preço contratual.

3. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Contraente Público tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.

4. O Contraente Público pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5. O valor acumulado das penas pecuniárias não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.

6. Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o Contraente Público decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse Público, aquele limite é elevado para 30 %.

7. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Contraente Público exija uma indemnização pelo dano excedente.

8. O não cumprimento do contrato, por parte do Cocontratante, confere ao Contraente Público, o direito de adquirir no mercado serviços idênticos para satisfação de necessidades urgentes e de debitar, ao mesmo, o acréscimo nas diferenças de preço que se venham a verificar.

CLÁUSULA 24ª TRABALHADORES AFETOS À EXECUÇÃO DO CONTRATO

1. Os trabalhadores afetos ao contrato podem prestar a sua atividade em regime de contrato de trabalho a termo, desde que por período de tempo não inferior ao prazo de execução do contrato de aquisição de serviços.

2. O disposto no n.º 1 não se aplica a trabalhadores que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato.

CLÁUSULA 25ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, o Contraente Público pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:

- a. Recorrência ou acumulação de incumprimentos do mencionado nas cláusulas das “Obrigações principais do Cocontratante”, das “Fases da prestação de serviços” e do “Prazo de prestação do serviço” do Caderno de Encargos (independentemente da aplicação das penas pecuniárias);
 - b. Prática de atos dolosos ou negligentes que prejudiquem a prestação do serviço ou a execução do contrato;
 - c. Incumprimento do clausulado do presente Caderno de Encargos;
 - d. Pela prestação de falsas declarações;
 - e. Pela prestação de serviços que não constem do presente contrato;
 - f. Violação grave ou reiterada de qualquer das obrigações que incumbem ao cocontratante;
 - g. Violação dos princípios e compromissos de não tolerância ao assédio assumidos pela U. Porto.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao Cocontratante.
3. A resolução do contrato não prejudica o pagamento ao Cocontratante dos serviços já prestados em conformidade com o mesmo.

CLÁUSULA 26ª RESOLUÇÃO POR PARTE DO COCONTRATANTE

O Cocontratante pode resolver o contrato nos casos previstos no artigo 332º do CCP.

CLÁUSULA 27ª SUBCONTRATAÇÃO E CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL

A subcontratação pelo Cocontratante e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

CLÁUSULA 28ª COMUNICAÇÕES E NOTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, nos termos do Código dos Contratos Públicos, estas devem ser dirigidas para o domicílio ou sede contratual do Contraente Público ou do Cocontratante, identificado no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contato constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

CLÁUSULA 29ª FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios decorrentes quer da interpretação, quer da execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

CLÁUSULA 30ª CONTAGEM DOS PRAZOS

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, nos termos do artigo 471.º do CCP.

CLÁUSULA 31ª DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO CONTRATO E ACOMPANHAMENTO

1. Nos termos do artigo 290.º-A, é designado o seguinte gestor do contrato em nome do contraente público: Professora Maria Clara de Carvalho Pimenta do Vale, bem como o seu substituto no caso de ausências e impedimentos:

Contactos do gestor do contrato: Email: clara_vale@arq.up.pt – Telefone: 967418214.

Substituto: Rui Humberto Costa de Fernandes Póvoas | Email: rpovoas@arq.up.pt – Telefone: 220425507

2. A qualquer momento e sem necessidade de aviso prévio, o gestor do contrato pode solicitar informação ou realizar auditorias com vista à monitorização da qualidade e nível de desempenho da prestação de serviços e cumprimento das obrigações contratuais ou legais por parte do cocontratante e, quando justificado, propor a aplicação de sanções em caso de incumprimento.

3. O cocontratante obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

4. O Cocontratante obriga-se a colaborar com o gestor do contrato na prestação de informações solicitadas por este ou na realização de auditorias, disponibilizando os meios que sejam necessários para o efeito.

5. Caso o gestor designado, detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado, as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

CLÁUSULA 32ª LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O contrato é regulado pelo disposto no Código dos Contratos Públicos e restante legislação aplicável.

PARTE II

CLAUSULAS TÉCNICAS

CLÁUSULA 33ª LOCAL DE INTERVENÇÃO DO PROJETO

1. Os projetos, objeto do contrato, serão entregues nas instalações da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto - Via Panorâmica, s/n, 4150-564 Porto Portugal.
2. O local definido para a reconstrução da residência Jayme Rios, situa-se nos terrenos da Universidade do Porto, R. Joaquim Kopke 112, 4200-346 Porto.

CLÁUSULA 34ª REGULAMENTOS E DOCUMENTOS NORMATIVOS A OBSERVAR PELO PROJETO

1. O projeto, deverá ter em conta, nomeadamente, e a título indicativo as seguintes normas legais regulamentares e subseqüentes alterações legislativas:
 - a. Plano Diretor Municipal do Porto;
 - b. Código Regulamentar do Município do Porto;
 - c. Regulamento Geral do Ruído;
 - d. Decreto-Lei n.º 38382 de 07/08/1951: RGEU – Regulamento Geral das Edificações Urbanas, na sua atual redação;
 - e. Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, que estabelece o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) com a sua atual redação;
 - f. Portaria n.º 113/2015, de 22 de abril – Indicação de elementos instrutórios dos procedimentos previstos no Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE);
 - g. Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro – Código dos Contratos Públicos, com a sua atual redação;
 - h. Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho – Conteúdo obrigatório do programa e do projeto de execução, bem como os procedimentos e normas a adotar na elaboração e faseamento de projetos de obras públicas, designados «Instruções para a elaboração de projetos de obras», e a classificação de obras por categorias;
 - i. Lei n.º 31/2009, de 3 de julho – Regime Jurídico que estabelece a qualificação profissional exigível aos técnicos responsáveis pela elaboração, subscrição e coordenação de projetos, com a alteração dada pela Lei n.º 40/2015, de 01 de junho e pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho;

- j. Portaria n.º 193/2005, de 17 de fevereiro (disposições legais aplicáveis ao projeto e à execução de obras);
- k. Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto – Regime de Acessibilidade aos edifícios estabelecimentos que recebem Público, via pública e edifícios habitacionais, alterado pelo Decreto-Lei n.º 136/2014 de 9 de setembro e pelo Decreto-Lei n.º 125/2017 de 4 de outubro;
- l. Despacho normativo 21/2019, de 17 de setembro (Aprova as condições para a utilização dos Eurocódigos Estruturais nos projetos de estruturas de edifícios);
- m. Aviso n.º 963/2020, de 20 de janeiro (atualização das listas de normas referidas nos artigos 2.º, 3.º e 4.º do Despacho Normativo n.º 21/2019);
- n. CT 115 (LNEC) – [Comissão Técnica Portuguesa de Normalização Eurocódigos Estruturais](http://www.lnec.pt/pt/servicos/normalizacao-e-regulamentacao/normalizacao/ct-115-eurocodigos-estruturais/) (<http://www.lnec.pt/pt/servicos/normalizacao-e-regulamentacao/normalizacao/ct-115-eurocodigos-estruturais/>);
- o. Decreto-Lei n.º 90/2021, de 5 de novembro: Regulamenta a produção e controlo do betão de ligantes hidráulicos e a execução das estruturas de betão.
- p. Decreto Regulamentar nº 23/95, de 23 de agosto – Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Prediais;
- q. Regulamentos Internos da CMPEAE – Empresa de Águas e Energia do Município do Porto, relativos a Drenagem de Águas Residuais e Distribuição Pública de Água;
- r. Decreto-Lei n.º 226/2005, de 28 de dezembro – Regras técnicas aplicáveis às instalações elétricas de baixa tensão que constituem o Regulamento de Segurança de Instalações de Utilização de Energia Elétrica e o Regulamento de Segurança de Instalações Coletivas de Edifícios e Entradas, com as alterações introduzidas pela Declaração de Retificação n.º 11/2006, de 16/02 e a Portaria n.º 949-A/2006, 11/09 (Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão), alterada pela Portaria n.º 252/2015, de 19 de agosto;
- s. Decreto-Lei nº 42895, de 31/03/60, alterado pelo Decreto Regulamentar nº 14/77, de 18 de fevereiro – Regulamento de Segurança de Subestações e Postos de Transformação e de Seccionamento (se aplicável – posto de transformação) e retificado pela Declaração 81/77 publicada na 1ª Série do Diário da República de 6 de abril de 1977;
- t. Regulamentos de segurança de Redes de Distribuição de Baixa Tensão;
- u. Portaria 949-A/2006 de 11 de setembro – Regras Técnicas das Instalações Elétricas de Baixa Tensão;
- v. Portaria n.º 376/91 de 02 de maio (Regulamento de Segurança de Ascensores e Normas NP para os ascensores elétricos);

- w. Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio – (Manual do ITED 3.ª edição) Regime aplicável à construção de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas, à instalação de redes de comunicações eletrónicas e à construção de infraestruturas de telecomunicações em loteamentos, urbanizações, conjuntos de edifícios e edifícios, alterado pela Lei n.º 47/2013, de 10 julho, pela Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 92/2017, de 31 de julho;
- x. Prescrições e Especificações Técnicas da Comissão Eletrotécnica Internacional para as situações não abrangidas pelos documentos anteriores referentes às instalações elétricas;
- y. Especificações das concessionárias locais de distribuição de energia elétrica e de telecomunicações, redes fixas e móveis;
- z. Decreto-Lei n.º 220/2008 de 29 de dezembro: SCIE – Regime Jurídico de Segurança contra Incêndios em Edifícios, com alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 224/2015, de 9 de outubro; Decreto-Lei n.º 95/2019, de 18 de julho; Lei n.º 123/2019, de 18 de outubro e Decreto-Lei n.º 9/2021, de 29 de janeiro;
- aa. Portaria n.º 1532/2008 de 29 de dezembro: RT-SCIE – Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndios em Edifícios, com alteração introduzida pela Portaria n.º 135/2020, de 02 de junho; e Declaração de Retificação n.º 26/2020;
- bb. Decreto-Lei n.º 129/2002, de 11 de maio: RRAE – Regulamento dos Requisitos Acústicos dos Edifícios; com alteração introduzida pelo Decreto-Lei n.º 96/2008, de 09 de junho; e a Portaria n.º 305/2019, de 12 de setembro;
- cc. Decreto-Lei nº 262/89 de 17 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei nº 178/92 de 14 de agosto e pelo Decreto-Lei nº 521/99 de 10 de dezembro – Normas relativas ao projeto, execução, abastecimento e manutenção de instalações de gás; Decreto-Lei nº 232/90 de 16 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 7/2000 de 3 de fevereiro; Portaria nº 361/98 de 26 de junho – Regulamento Técnico relativo ao projeto, construção, exploração e manutenção de instalações de gás combustível canalizado em edifícios, alterada pela Portaria n.º 690/2001, de 10 julho;
- dd. Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro – Transposição da Diretiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho, relativa às prescrições mínimas de saúde no trabalho a aplicar em estaleiros temporários ou móveis, e demais legislação aplicável;
- ee. Decreto – Lei n.º 41 821, de 11 de agosto de 1958 – RSTCC – Regulamento de Segurança no Trabalho de Construção Civil;
- ff. Decreto-Lei nº 46/2008, de 12 de março – Regime das operações de gestão de resíduos resultantes de obras ou demolições, alterado pelo Decreto-Lei n.º 73/2011, de 17 de junho e demais legislação aplicável.
- gg. Portaria n.º 209/2004, de 3 de março (lista de resíduos, sua identificação e classificação);

- hh. Decreto-Lei nº 178/2006, de 5 de setembro - Regime Jurídico de Gestão de Resíduos, alterado pelo Decreto-Lei 73/2011, de 17 de junho, pela Lei nº 82-D/2014 de 31 de dezembro e pelo Decreto-Lei nº 71/2016 de 4 de novembro e Decreto-Lei nº 152-D/2017 de 11 de dezembro.
- ii. Decreto-Lei nº 173/2008, de 26 de agosto – Regime Jurídico relativo à prevenção e controlo integrado da poluição, retificado pela Declaração de Retificação nº 64/2008 de 24 de outubro e alterado pelo Decreto-Lei nº 60/2012, de 14 de março.
- jj. Decreto-Lei nº 183/2009, de 10 de agosto – Regime Jurídico da deposição de resíduos em aterro, retificado pela Declaração de Retificação nº 74/2009, de 9 de outubro, alterado pelo decreto-Lei nº 84/2011, de 20 de junho, alterado pelo Decreto-Lei nº 88/2013, de 9 de julho.
- kk. Resolução nº 14/2011, publicada na 2.ª Serie do DR nº 156, de 16 de agosto de 2011.
- ll. Decreto-Lei nº 118/2013, de 20 de agosto: SCE – Sistema de Certificação Energética dos Edifícios, Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Habitação e Regulamento de Desempenho Energético dos Edifícios de Comércio e Serviços, retificado pela Declaração de Retificação nº 41/2013 de 17 de outubro e alterado pelos, Decreto-Lei nº 68-A/2015 de 30 de abril, Decreto – Lei nº 194/2015, de 14 de setembro, Decreto-Lei 251/2015, de 25 de novembro, pelo Decreto – Lei nº 28/2016, de 23 de junho e pela Lei nº 52/2018, de 20 de agosto;
- mm. Portaria nº 349-A/2013, de 29 de novembro: Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), alterada pelas, Portaria nº 115/2015 de 24 de abril e Portaria nº 39/2016 de 7 de março;
- nn. Portaria nº 349-B/2013, de 29 de novembro: Define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção, alterada pelas, Portaria nº 379-A/2015, de 22 de outubro e Portaria nº 319/2016 de 15 de dezembro;
- oo. Portaria nº 349-C/2013, de 2 de dezembro: Estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização, retificada pela Declaração de Retificação nº 4/2014 de 31 de janeiro e Portaria nº 405/2015, de 20 de novembro;
- pp. Portaria nº 349-D/2013, de 2 de dezembro: Requisitos de conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grandes intervenções e dos edifícios existentes, retificada pela Declaração de Retificação nº 3/2014 de 31 de janeiro, alterada pela Portaria nº 17-A/2016, de 4 de fevereiro e alterada pela Portaria nº 42/2019, de 30 janeiro;
- qq. Portaria nº 353-A/2013, de 4 de dezembro: Regulamento de desempenho energético dos edifícios de comércio e serviços (RECS) – Requisitos de ventilação e qualidade do ar, retificada pela Declaração de Retificação nº 2/2014 de 31 de janeiro;

- rr. Despacho 15793-E/2013 - Regras de simplificação para edifícios existentes e sujeitos a grandes intervenções;
 - ss. Despacho 15793-F/2013 – Zonamento climático;
 - tt. Despacho 15793-I/2013 – Metodologia de cálculo para determinar as necessidades primárias;
 - uu. Despacho 15793-K/2013 – Parâmetros Térmicos;
 - vv. ICT Informação Técnica – Edifícios ITE 50 (Coeficiente de transmissão térmica de elementos da envolvente dos Edifícios – LNEC);
 - ww. Decreto-Lei n.º 96/2008, de 9 de junho (Regulamento dos Resíduos Acústicos dos Edifícios);
 - xx. Decreto-Lei n.º 262/89, de 17 de agosto – Estabelece as normas relativas ao projeto, execução, abastecimento e manutenção das instalações de gás combustível em imóveis, designadas abreviadamente por instalações de gás, alterado pelo Decreto-Lei n.º 178/92, de 14 de agosto;
 - yy. Portaria n.º 361/98, de 26 de junho – Aprova o Regulamento Técnico Relativo ao Projeto, Construção, Exploração e Manutenção das Instalações de Gás Canalizado em Edifícios, alterada pela Portaria 690/2001, de 10 de julho;
 - zz. Decreto-Lei n.º 97/2017, de 10 de agosto – Estabelece o regime das instalações de gases combustíveis em edifícios, retificado pela Declaração de Retificação n.º 34/2017, de 9 de outubro e alterado pela Lei n.º 59/2018, de 21 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 28/2018, de 23 de agosto.
2. Caso alguma da legislação especificada, tenha sofrido atualizações até ao momento da entrega do projeto de execução, deve o Cocontratante considerar a versão atualizada.
3. Será ainda considerada toda a legislação aplicável que, para além da enumerada, estiver ou entrar em vigor no decurso do projeto.

CLÁUSULA 35ª ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS A OBSERVAR PELO PROJETO

1. O Cocontratante deve cumprir, as prescrições e as especificações técnicas relativas aos materiais de construção e à execução dos trabalhos, aplicáveis à natureza do projeto.

CLÁUSULA 36ª CONDICIONANTES AO PROJETO

1. O projeto deverá dar cumprimento às condicionantes do Plano Diretor Municipal do Porto.
2. O projeto deverá dar cumprimento às condicionantes impostas pelo Contraente Público, desde que tais indicações não contrariem a lei, facto que o Cocontratante deverá alertar.

CLÁUSULA 37ª LICENCIAMENTOS/PARECERES/CERTIFICAÇÕES

1. Sem prejuízo de outras entidades cujo parecer venha a revelar-se necessário, o projeto poderá estar sujeito a licenciamento/parecer/certificações por parte das seguintes entidades externas:
 - a. Câmara Municipal do Porto;
 - b. EDP/Direção Geral de Energia e Geologia (caso aplicável);
 - c. Entidades licenciadoras dos projetos de gás (caso aplicável);
 - d. Perito Qualificado pela ADENE – Agência para a energia, para certificação dos projetos de comportamento térmico e sistema de climatização (caso aplicável);
 - e. ANEPC – Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (caso aplicável);
2. O Cocontratante deverá garantir todo o apoio e acompanhamento dos processos de licenciamento nas respetivas entidades.
3. Caso se venha a revelar necessário obter os pareceres de outras entidades, não identificadas no ponto 1., o Cocontratante será responsável pela elaboração de todos os estudos e elementos necessários ao respetivo licenciamento.

CLÁUSULA 38ª ELEMENTOS A FORNECER PELO CONTRAENTE PÚBLICO

1. Para a execução do projeto, o Contraente Público fornecerá os seguintes elementos:
 - a. Levantamento topográfico (que deverá ser confirmado pelo Cocontratante);
 - b. Cadastro das Infraestruturas existentes no campus do Contraente Público;
 - c. Levantamento do edifício (que deverá ser confirmado pelo Cocontratante).

CLÁUSULA 39ª OBRIGAÇÕES DO CONTRAENTE PÚBLICO

1. O Contraente Público, enquanto entidade pública adquirente do serviço, deverá assumir todas as suas responsabilidades, cumprindo com todas as suas obrigações contratuais, de acordo com o estipulado no artigo 18.º da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho e alterada e republicada pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho.
2. O Contraente Público, enquanto entidade pública adquirente do serviço, deverá assumir as suas obrigações de acordo com artigo 17.º, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

CLÁUSULA 40ª CONSTITUIÇÃO DO PROJETO E FASE 3 – ASSISTÊNCIA TÉCNICA

1. Os elementos a entregar em cada fase, deverão estar de acordo com as especificações da Portaria 701-H/2008.
2. Relativamente à Assistência Técnica:

Fase 3 – Assistência Técnica:

- a. O Contraente Público tem a obrigação de garantir a assistência técnica necessária, incluindo a assistência à boa execução da obra, nomeadamente assegurando a sua presença em todas as reuniões de obra, para as quais seja convocado.
- b. A assistência técnica deverá ser prestada quer na fase de procedimento de formação do contrato de empreitada, e até à adjudicação da obra, quer durante a execução da obra.
- c. As atividades relativas à assistência técnica à obra são as definidas na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho, nomeadamente no artigo 9.º e inclui produção de quaisquer peças escritas e/ou desenhadas necessárias à compreensão do projeto ou esclarecimento dessas dúvidas.
- d. Acrescem a estas atividades, todo o apoio específico, descrito na cláusula 12.ª.

CLÁUSULA 41ª CONSTITUIÇÃO BASE DA EQUIPA PROJETISTA DE ESPECIALIDADES

1. O Cocontratante obriga-se a constituir uma Equipa Projetista de Especialidades, cujo coordenador tem a função de interlocutor primordial do Contraente Público que, para além das tarefas de coordenação dos trabalhos, responderá pela sua execução e por todos os meios e procedimentos inerentes à prestação de serviços.
2. O Cocontratante obriga-se, na execução do contrato, sob reserva de aceitação pelo Contraente Público, a confiar a sua representação ao Coordenador da Equipa Projetista de Especialidades com a seguinte qualificação mínima:

▪ **Coordenador da Equipa Projetista de Especialidades**

Licenciado em Engenharia Civil, Engenheiro Sénior inscrito na Ordem dos Engenheiros ou Engenheiro Técnico inscrito na Ordem dos Engenheiros Técnicos com mais de 13 anos de Experiência.

3. Para os restantes técnicos a considerar na proposta, deverão ter a seguinte qualificação mínima:

▪ **Projetista de Instalações Elétricas, ITED e Segurança**

Licenciado em Engenharia Eletrotécnica, Engenheiro Eletrotécnico Sénior inscrito na Ordem dos Engenheiros ou Engenheiro Técnico Eletrotécnico inscrito na Ordem dos Engenheiros Técnicos com mais de 13 anos de Experiência.

▪ **Projetista de Instalações Mecânicas**

Licenciado em Engenharia Mecânica, Engenheiro Mecânico Sénior inscrito na Ordem dos Engenheiros ou Engenheiro Técnico Mecânico inscrito na Ordem dos Engenheiros Técnicos com mais de 13 anos de Experiência.

4. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da prestação de serviços, são dirigidos diretamente ao coordenador da equipa de projeto, salvo estipulação diversa no Contrato.
5. O Coordenador da Equipa Projetista de Especialidades acompanha regularmente a execução do projeto e está presente em reuniões de projeto sempre que para tal seja convocado.
6. O Coordenador da Equipa Projetista de Especialidades deve garantir que o projeto é coordenado com as diversas entidades concessionárias, no que respeita às infraestruturas existentes na zona de intervenção em estudo, pelo que, deverão ser realizadas reuniões de coordenação com aquelas entidades.
7. A Equipa Projetista deve ser constituída, pelos técnicos que assegurem a execução de todas as especialidades necessárias à elaboração do projeto e descritas no presente Caderno de Encargos, para além do Coordenador e equipa base especificada no n.º 2.
8. A Equipa Projetista referida no número anterior deve observar o estipulado na Lei n.º 31/2009 de 3 de julho, alterada e republicada pela Lei n.º 40/2015 de 1 de junho e alterada pela Lei n.º 25/2018, de 14 de junho, e demais legislações aplicáveis, quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.
9. Os requisitos mínimos da Equipa Projetista referidos no número anterior, a cumprir obrigatoriamente pelo Cocontratante, são os que constam da proposta apresentada.
10. A Equipa Projetista só pode ser alterada mediante prévio e expresse consentimento do Contraente Público.

CLÁUSULA 41ª ESTRUTURA DO PROJETO GLOBAL A APRESENTAR

A equipa projetista deve ser constituída, para além do Coordenador da Equipa Projetista de Especialidades, pelos técnicos autores que assegurem as especialidades necessárias à elaboração dos projetos que devem ser no mínimo as constantes do quadro seguinte:

Quadro 1 – Edifício

Projeto Global
- Projeto de Instalações Elétricas;
- Projeto de Fundações e Estruturas;
- Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de Águas e Esgotos;
- Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas Elétricos;
- Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de Comunicação;
- Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC);
- Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de Gás;
- Projeto de Instalações, Equipamentos e Sistemas de Transporte de Pessoas e Cargas;
- Projeto de Segurança Integrada;
- Projeto de Segurança Contra Incêndios;
- Projeto Acústico;
- Projeto Térmico e Pré-Certificação Energética;
- Projeto RECS;
- Plano de Segurança e Saúde em Fase de Projeto;
- Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos da Construção e Demolição;
- Projeto de comportamento Higrométrico;
- Projeto de Sinalética;

1. As fases dos estudos e projetos devem ser apresentadas de acordo com o previsto nas instruções para a elaboração de projetos de obras, anexas à Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.

2. O Cocontratante será ainda responsável, pela elaboração de qualquer projeto adicional ou elementos que sejam necessários para o fornecimento completo da prestação de serviços.
3. O conteúdo e desenvolvimento do projeto de execução deverá obedecer ao estipulado no artigo 43.º do Código dos Contratos Públicos e na Portaria n.º 701-H/2008, de 29 de julho.
4. O projeto de execução, constituído pelas diversas especialidades indicadas nos Quadros 1 e 2, deverá ser acompanhado com os Termos de Responsabilidade ao abrigo do artigo 10.º do DL n.º 555/99, de 16/12, com a sua atual redação e respetivas declarações das ordens profissionais.
5. Deverá ainda ser apresentada uma declaração em como o projeto de execução cumpre todas as disposições legais e técnicas sobre a construção antisísmica, conforme disposto na alínea d) do n.º 2 e 3 do artigo 17º da Resolução n.º 14/2011, publicada na 2ª Série do DR n.º 156, de 16 de agosto de 2011.

CLÁUSULA 42ª PROGRAMA BASE E FUNCIONAL DO PROJETO

O Cocontratante deverá respeitar o programa preliminar, anexo ao presente documento (Anexo I).

CLÁUSULA 43ª APRECIACÃO, APROVAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PROJETO COM OUTRAS ENTIDADES

1. Compete ao Cocontratante requerer, junto das entidades externas competentes, a emissão de pareceres favoráveis relacionados com a certificação e licenciamento.
2. Os encargos financeiros com os pedidos de pareceres mencionados no n.º 1 desta cláusula, serão da responsabilidade do Contraente Público.
3. Os projetos deverão ser submetidos à apreciação por entidades externas, caso aplicável, antes do início da fase de projeto de execução.
4. O projeto deverá ser coordenado com as diversas entidades concessionárias, no que respeita às infraestruturas existentes na zona de intervenção em estudo, pelo que deverão ser realizadas reuniões de coordenação com aquelas entidades.
5. Nos projetos das especialidades deverão ser incluídos os cadastros de infraestruturas fornecidos pelas entidades externas (nomeadamente, (EDP, telecomunicações, hidráulicas, gás, etc...), que foram tidos em consideração no desenvolvimento do projeto.

CLÁUSULA 44ª REUNIÕES DURANTE A EXECUÇÃO DA OBRA

Na fase de realização da obra e no âmbito da assistência ao projeto, o Coordenador da Equipa Projetista de Especialidades, e quando se justifique os projetistas das especialidades, participarão nas reuniões semanais de obra, e respetiva programação e coordenação, assim como nos contactos com consultores, fornecedores e empreiteiros, apoio na aprovação de materiais, resposta a pedidos de esclarecimento,

aprovação de erros e omissões e trabalhos a mais e todas as atividades que exijam pareceres técnicos da parte do Dono da Obra.

CLÁUSULA 45ª CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA INFORMAÇÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A periodicidade das reuniões de projeto e a sua forma será nos termos das Clausulas 13ª “Forma e acompanhamento de prestação do serviço” e 44ª “Reuniões durante a execução da obra) do presente caderno de encargos.

CLÁUSULA 46ª FORNECIMENTO DE EXEMPLARES DO PROJETO

1. Todos os projetos, bem como todos os documentos, a elaborar têm de ser entregues em papel e em formato digital.
2. Em cada fase será entregue 3 (três) exemplares em suporte de papel e em suporte informático editável e não editável, para análise.
3. Do Projeto de Execução das Especialidades será entregue:
 - Um (1) CD com o suporte digital de todo o projeto, em formato editável e não editável (incluindo o(s) respetivo(s) ficheiro(s) *plot style table* – “ficheiro de canetas”).
 - Três (3) coleções do projeto completo em suporte de papel, sendo que os desenhos deverão ser dobrados de acordo com formatos normalizados, ou seja, de modo a garantir margem para permitir o seu arquivo em processo;
 - Tanto os exemplares em papel, como o suporte digital, deverão ser acompanhados de uma listagem das peças escritas e desenhadas por especialidade.
4. Projetos Certificados
 - Ao número de exemplares solicitados anteriormente, poderão acrescer os exemplares dos projetos certificados, quando aplicável.
5. Projetos com mapas de quantidades e respetivos orçamentos para definição de preço base para lançamento do procedimento de contratação da empreitada, designadamente:
 - a. Medições e mapas de quantidades por cada uma das especialidades;
 - b. Orçamento detalhado por especialidade e global, formando um único documento;
 - c. Caderno de encargos com condições técnicas especiais por especialidade.
6. As peças escritas e desenhadas do projeto devem ser assinadas pelo técnico autor do respetivo projeto de especialidade.

CLÁUSULA 47ª SERVIÇOS COMPLEMENTARES

Quaisquer estudos ou tarefas não compreendidas na proposta aprovada ou relatórios, tarefas e elementos previstos para as fases 1 a 3, e que não sejam considerados como acessórios e integrantes dos restantes projetos de execução conforme referido em legislação aplicável, serão considerados como trabalhos ou serviços complementares, e, portanto, serão objeto de aditamento ao presente contrato, por comum acordo entre as partes, nos termos do artigo 454.º do Código dos Contratos Públicos (CCP).

CLÁUSULA 48ª MARCA E PROVENIÊNCIA DE FABRICO

1. Não podem ser feitas referências a marcas comerciais ou proveniências de fabrico, em todas as peças entregues, de modo a que cumpram, com o preceituado na legislação em vigor, designadamente com o disposto no artigo 49º do Código dos Contratos Públicos (CCP), publicado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com a sua atual redação.
2. Em caso de incumprimento do estabelecido no número anterior o Contraente Público notifica o Cocontratante para proceder à alteração das referências a marcas ou proveniências de fabrico, no prazo máximo de 2 dias úteis.
3. Caso o Cocontratante não proceda em conformidade com o estabelecido no n.º 2, o Contraente Público pode fazer as alterações necessárias de forma a assegurar o cumprimento das normas legais referidas no n.º 1.

ANEXO I – PROGRAMA PRELIMINAR PARA A REMODELAÇÃO DA RESIDÊNCIA JAYME RIOS DE SOUZA.